

CORREIO POLÍTICO

Governo da Bahia



Professores da Bahia: uma das origens do esquema

Bahia é um dos pontos de origem do esquema do Master

A nona fase da Operação Compliance Zero, que atingiu em cheio o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), trouxe de volta à discussão a famosa “solução Hargreaves”, muitas vezes comentada e nunca mais repetida. Em 1997, o então ministro da Casa Civil de Itamar Franco, Henrique Hargreaves, foi envolvido em denúncias na CPI do Orçamento. Itamar resolveu afastá-lo até o fim das investigações. Hargreaves só retornou ao cargo quando não restavam mais suspeitas sobre ele. Itamar considerou que não se tratava de uma sentença antecipada de culpa, mas de uma decisão que preservava o governo da crise e fazia com que o acusado se defendesse sem usar os poderes e influência do Estado.

Etapa de investigação já esperada

Na verdade, o governo Luiz Inácio Lula da Silva já esperava que, em algum momento, as investigações sobre o caso Master atingissem o PT da Bahia. Porque é no governo da Bahia, cuja administração é petista, que está um dos pontos de origem dos esquemas de irregularidades do Banco Master. De forma resumida, o banco de Daniel Vorcaro tinha dois esquemas de irregularidades. Um deles tem a sua origem diretamente ligada à Bahia.

Vaner Casaes/ALBA



Guga Lima comprou o CredCesta

Pirâmide e consignados fantasmas

O primeiro esquema era uma espécie de pirâmide financeira a partir da altíssima rentabilidade que oferecia para suas operações de CDBs. Claramente, o Master sabia que a rentabilidade que oferecia era insustentável. Por isso, a necessidade da tal “emenda Master” proposta pelo senador Ciro Nogueira, que aumentava para R\$ 1 milhão o valor de investimento assegurado pelo Fundo Garantidor de Crédito (FGC). O segundo esquema estava relacionado com falsos empréstimos consignados que engordavam a carteira de crédito do banco.

Guga Lima levou os consignados

Nessa ponta, está Augusto Lima, sócio de Vorcaro, e a Bahia. Guga Lima, como é conhecido, comprou do governo da Bahia o CredCesta. Inicialmente, o CredCesta era uma empresa que vendia alimentos a preços subsidiados. Evoluiu para conceder crédito a servidores. Privatizada, foi vendida para Guga Lima, que se associou depois a Vorcaro e levou o processo dos consignados.

POR
RUDOLFO LAGO

Professores

Como denunciaram reportagens de Beatriz Matos neste Correio da Manhã, mais de cem professores da rede pública estadual de ensino da Bahia tiveram consignados falsos em seu nome. Não receberam nem um tostão. Mas esses empréstimos engordaram a carteira que o Master vendeu para o BRB.

Respostas

Desde o início, o Correio da Manhã vem buscando respostas junto aos órgãos do governo da Bahia que controlam a folha de pagamento dos servidores. Como se deu o acesso ao nome e CPF desses servidores. Como foi possível que esses créditos constassem da carteira dessa forma?

Relações

Dentro ou fora do governo, o senador Jaques Wagner (PT-BA) terá que explicar se tem alguma relação com esse modus operandi desenvolvido pelo Master para fraudar a carteira de crédito que tentou passar para o BRB. E se tem mais gente do governo da Bahia também envolvido com isso.

R\$ 11 milhões

Os R\$ 11 milhões pagos à empresa de consultoria da nora de Wagner, Bonnie Bonilha, somam-se aos R\$ 80 milhões efetivamente pagos ao escritório de advocacia da esposa do ministro Alexandre Moraes, Viviane Barci, aos R\$ 60 milhões efetivamente pagos ao senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) e a outras despesas de Vorcaro com autoridades.

Fiscalização

Desde o início, porém, o caso dos consignados falsos dos professores da Bahia enseja outra dúvida grave no meio financeiro, como já foi dito aqui no Correio Político. Como foi possível ao Master negociar uma carteira de crédito falsa sem que isso fosse percebido pelos mecanismos de fiscalização e controle financeiro?

Quase

Sempre será preciso lembrar que Daniel Vorcaro quase conseguiu vender seu banco para o BRB. E que o Banco de Brasília efetivamente pagou por uma carteira fajuta de crédito. E que antes disso ele quase conseguira que esse negociação fosse feita com a Caixa Econômica Federal. Até então, muita cegueira houve.



Proposta de Flávio para segurança tem 12 pontos

Flávio apresenta programa de segurança

Para especialista, ‘Brasil sem Medo’ resolve “a curto prazo”

Por Gabriela Gallo

Em um novo passo em sua campanha eleitoral, o senador e pré-candidato do PL à Presidência da República, Flávio Bolsonaro (RJ), apresentou, nesta quinta-feira (18), o plano “Brasil sem Medo”, um pacote de medidas voltadas para segurança pública. O plano é composto por doze medidas de baixa tolerância à prática de qualquer tipo de delito.

Dentre as medidas propostas pelo plano está enquadrar facções criminosas (especialmente o Comando Vermelho e o Primeiro Comando da Capital) como organizações terroristas; redução da maioria penal para 16 anos e prisão para maiores de 14 anos em crimes graves (estupro, tráfico, tortura e assassinato); aumentar o número de presídios e implementar cinco novos presídios de segurança máxima; redirecionar o auxílio das famílias dos presos para as famílias das vítimas; castração química de abusadores sexuais condenados pela Justiça; “tolerância zero para o feminicídio”, e a implementação de um “sistema nacional de reconhecimento facial integrado a bancos de dados criminais”, para encontrar foragidos.

Na avaliação do advogado criminalista sócio do Guilherme Mota Advogados Guilherme Augusto Mota, em entrevista ao Correio da Manhã, o plano

nacional de segurança pública “aposta fortemente na lógica da incapacitação criminal”, ou seja, prender mais e por mais tempo, reduzir benefícios, endurecer penas e ampliar o uso da força estatal.

“Essa estratégia pode produzir efeitos de curto prazo, especialmente contra lideranças e criminosos violentos, mas dificilmente resolverá sozinho um fenômeno que hoje opera com estrutura empresarial, financeira e transnacional. A eficiência dependerá menos da retórica de endurecimento e mais da capacidade concreta de sufocar financeiramente as facções, bloquear suas comunicações, impedir sua reorganização dentro dos presídios e integrar inteligência entre União, estados e municípios”, explicou Guilherme para a reportagem.

Ele completou que o plano do senador acerta “ao tratar o crime organizado como problema central do país”.

“A dúvida é se ele enfrentará apenas os soldados das facções ou também seus bancos, empresas, patrimônio e fontes de poder. Nenhuma facção sobrevive apenas pela força das armas. Ela sobrevive porque possui dinheiro, logística e capacidade de recrutamento. O verdadeiro teste de qualquer política de segurança é atingir essas três engrenagens ao mesmo tempo”, detalhou o criminalista.